

CORREIO
BASTIDORESPOR
FERNANDO MOLICA

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Lula vê vantagem sobre Flávio Bolsonaro diminuir

Pesquisa preocupa petistas, que temem caso Jaques Wagner

A nova pesquisa BTG/Nexus gerou preocupações no PT ao apontar para uma redução da vantagem de Lula sobre Flávio Bolsonaro (PL) e caracterizar um empate técnico.

Há um particular temor em relação a eventuais danos causados pela revelação de suposto envolvimento de um petista importante — Jacques Wagner (BA), até a semana passada líder do governo no Senado — no escândalo do Banco Master. No levantamento anterior, publicado há duas semanas, o petista tinha, em um eventual segundo turno, uma vantagem de seis pontos sobre o adversário que, agora, caiu pela metade. Na avaliação de integrantes do partido, o resultado mostra que, apesar das dificuldades que Flávio Bolsonaro enfrenta desde a segunda quinzena de maio, a batalha está longe de ser considerada vencida e que a polarização tem força para segurar muitos desgastes.

Democratização de danos

O maior medo entre petistas é de que o caso de Wagner tenha o efeito de democratizar os danos relacionados ao caso Master, escândalo que estava colado na testa de Flávio Bolsonaro desde a revelação de que ele pedira dinheiro ao então dono do banco, Daniel Vorcaro.

A eventual participação em maracutaia do senador baiano teria o poder de reforçar junto a boa parte do eleitorado de que políticos são todos iguais e que representantes da esquerda também teriam sido beneficiados.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Wagner: governo avalia alcance das acusações

Queda no Nordeste

O efeito causado pela operação policial contra Wagner ajudaria a explicar um dos pontos da pesquisa, a queda de cinco pontos de Lula no Nordeste.

No levantamento anterior da BTG/Nexus, o petista tinha 66% das preferências na região, percentual que caiu para 61%. Quarto maior colégio eleitoral do país, a Bahia, em 2022, deu 72% dos votos válidos para o atual presidente.

Manter e, se possível, ampliar a vantagem no Nordeste é fundamental para o plano de reeleição de Lula.

Sem 2 de Julho

Para evitar reforçar sua ligação com Wagner, Lula decidiu não participar dos festejos que marcam, no dia 2 de julho, a vitória de tropas baianas sobre portugueses que queriam impedir a independência do país.

O presidente irá à Bahia amanhã, participará de eventos como a reinauguração do Teatro Castro Alves e deverá seguir para o Rio Grande do Norte.

Toque de retirada

Oficialmente, o presidente da República não participará de atos relacionados ao 2 de Julho para evitar exposição ao sol, já que no fim de abril passou por cirurgia para retirar um câncer de pele que se manifestou no couro. Desde então, tem usado chapéu. Mas ele quer mesmo é evitar exposição ao lado do velho amigo Wagner, candidato à reeleição para o Senado.

Ligações perigosas

A pesquisa traz dados que ajudam a explicar as preocupações petistas com o Master. Para 35% dos entrevistados, políticos ligados a Lula e a Flávio Bolsonaro têm vínculos com o escândalo. Para 32%, o problema está só com o grupo político do filho de Jair Bolsonaro, mas 23% identificam o caso com aliados do presidente.

Desconhecimento

O detalhe é que 82% dos ouvidos já tinham, pelo menos, ouvido falar das conversas entre Flávio e Daniel Vorcaro. Mas o índice de algum conhecimento da operação policial contra Wagner é de 75%. Ou seja, o caso ainda pode ser conhecido por um número maior de eleitores e gerar problemas para a candidatura de Lula.

Desconfiança

Outro dado da pesquisa indica que grande parte da população que recebe o Bolsa Família não ficou convencida com a defesa enfática que, recentemente, Flávio Bolsonaro fez do programa. Entre esse público, a intenção de voto em Lula subiu de 62% para 68%; já a preferência pelo pré-candidato do PL caiu de 20% para 13%.

Os nem-nem

De acordo com o levantamento, a vantagem de Lula entre os eleitores que se declararam não polarizados cresceu: em um segundo turno, 46% votariam nele; 37% em Flávio. Na pesquisa anterior, os percentuais eram, respectivamente, 43% e 37%. Esses eleitores representariam 20% do total de brasileiros aptos a votar.

Os do contra

Entre os que rejeitam Lula e os integrantes da família Bolsonaro, a vantagem do primeiro caiu oito pontos — de 48% para 40%. Já o percentual de Flávio oscilou um ponto para cima (de 29% para 30%). Os anti-Lula e anti-Bolsonaro são, segundo a pesquisa, 9% dos brasileiros. Eles e os não polarizados deverão decidir a eleição.



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Eleições devem atrasar pautas em votação no Congresso

Recessos preocupam pelo adiamento de pautas

Folgas no Judiciário e Congresso acontecem sem definição de temas

Por Gabriela Gallo

A partir desta quinta-feira (2) o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros tribunais superiores além de órgãos da Justiça Federal entram em período de recesso do poder Judiciário até 31 de julho.

Nesse meio tempo, o prazos processuais que tramitam nas Cortes estarão suspensos até o retorno das atividades. Vale destacar que os tribunais estaduais seguem funcionando normalmente.

A Suprema Corte, porém, entrará em recesso com alguns processos relevantes pendentes. Dentre eles, o julgamento referente à “uberização” e à “pejotização”, os recursos contra a Lei da Dosimetria (que reduz as penas dos condenados por participar dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023) e o julgamento que questiona a nova lei aprovada no Congresso Nacional que altera a contagem dos prazos de ineligibilidade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135 de 2010).

Para o professor de direito eleitoral Alberto Rollo, o STF precisa definir sobre a constitucionalidade das alterações

feitas na Lei da Ficha Limpa para impedir eventual instabilidade e insegurança jurídica, “justamente quando a justiça eleitoral começar a julgar os registros” eleitorais.

“Os registros começam a partir de 16 de agosto, o que significa que o STF tem os primeiros 15 dias de agosto para terminar esse julgamento. Não vai dar tempo, o processo não está nem pautado. Então, a Justiça Eleitoral vai ter que trabalhar com essa insegurança jurídica”, avaliou o professor.

CONGRESSO

Pouco após o recesso do Judiciário, começará também o recesso do poder Legislativo, agendado para começar em 18 de julho e terminar em 31 de julho.

E tal como o STF, o Congresso Nacional também tem uma série de medidas que precisam ser definidas nas duas semanas que antecedem o recesso.

E o foco na análise e eventual aprovação dos temas no Legislativo intensificam, considerando que, em anos eleitorais, os parlamentares concentram esforços no segundo semestre para suas campanhas eleitorais — o que, consequentemente, atrasa a análise das medidas.